

## QUANDO A REFERÊNCIA É UMA INFERÊNCIA (WHEN REFERENCE IS AN INFERENCE)

Luiz Antônio MARCUSCHI (Universidade Federal de Pernambuco)

### 1. Tema e ponto de partida

Já se tornou lugar comum hoje a idéia de que quando falamos ou escrevemos damos a entender mais do que nossas palavras expressam, pois muito do que queremos dizer sequer é formulado. Mas, nem por isso nossos interlocutores deixam de saber a que nos referimos. A questão não é um problema simplesmente semântico nem pragmático de interpretação cotextual ou contextual. Ela tem a ver com nossas habilidades no *uso público da língua* em relação a nossas experiências e raciocínios inferenciais que não se fundam apenas em condições lingüísticas, mas em fatores muito variados, envolvendo coerência, progressão tópica, conhecimentos partilhados, efeitos de sentido, atividades cognitivas e outros.

Refletir a este respeito é um desafio que se situa no âmago das preocupações não só da Lingüística contemporânea, mas da Filosofia da Linguagem, Psicologia e Ciências Cognitivas, entre outras. Imagino que esta questão deverá, em breve, estar na mira de muitos lingüistas preocupados em dar uma resposta clara aos desafios da realidade social, cognitiva e biológica do ser humano. O próprio tema tem a ver com uma questão bem mais ampla, ou seja, das condições em que é possível falar de *verdade* e *conhecimento* no contexto do uso da língua, sem entregar-se a uma epistemologia representacionalista. O tema já foi abordado com acuidade por Donald Davidson [1974b] ao analisar a relação entre “esquemas conceituais” e “conteúdos” considerando a mediação da linguagem (como sistema de tradução) sem fornecer garantia para verdades objetivas, fugindo tanto do relativismo lingüístico como da invariância do significado. Postula que o conhecimento é uma prática social e histórica e não uma apropriação de “dados” ou “fatos” da natureza.

Não é difícil constatar que a questão da *referência* voltou a ser, nos anos 90, um tópico central na agenda de lingüistas e filósofos da linguagem. A rigor, o tema nunca saiu da agenda desses pesquisadores, pois ele vem sendo um dos pontos centrais da semântica desde o final do século XIX, a partir das reflexões de Frege (1892). Inúmeros têm sido os trabalhos sobre o problema da referência, que hoje dá lugar a novos aspectos recuperados no contexto dos processos de construção de categorias, da metáfora e outros ligados ao movimento cognitivista.

Resumidamente, partimos da idéia de que *referir* não é etiquetar, nem apontar, nem relacionar, mas sim, *agir colaborativamente na produção de orientações interpretativas*. A referência não é uma atividade de ostensão e sim um processo ou uma atividade “conversacional”. Com base nessas idéias iniciais, nosso tema poderia ser enunciado na seguinte questão geral: **em que medida pode-se dizer que a inferência tem um papel na produção (determinação e identificação) de referentes no contexto do processamento textual em condições normais de uso da língua?** Formulada de

outro modo, esta questão também poderia ser: **quais as fronteiras entre inferenciação, referenciação e produção de sentido?**

Partindo dessas questões, será construído um aparato teórico para dar conta da atividade referencial apoiada em processos inferenciais, o que exigirá uma discussão a respeito da *competência inferencial* envolvida e de muitos dos problemas tratados por Davidson [1974a] em relação às nossas crenças a respeito do que é a experiência na relação com a linguagem. Essa competência permite analisar o tema da implicitude e explicititude na relação com as formas lingüísticas, ou seja, permite rever o *status* do léxico na atividade discursiva. Também merecem redobrada atenção aspectos tratados por John Austin [1962] a respeito dos dados dos sentidos, pois nem tudo o que conhecemos são dados sensoriais, sendo crucial o papel da linguagem como constitutiva dos fenômenos cognitivos. Sensata é aqui a posição de Davidson (1995) para quem os conteúdos da experiência não podem ser eleitos como o “tribunal da verdade”, o que nos permite retirar desde logo a noção de verdade ancorada no paradigma da correspondência.

O princípio básico que norteará essas análises poderia ser assim enunciado: **todas as nossas atividades, sejam elas lingüísticas ou não, são sempre contextualizadas, históricas e interacionais e não dependem de representações abstratas ou impositivas diretas de um mundo *a priori* ou de um mundo explicitado objetivamente.** Em conseqüência desse princípio geral, postulo aqui que a linguagem não é um simples sistema de representações mentais individuais; também não é um sistema de representações semânticas ou afigurações de um mundo objetivo. A linguagem é sobretudo um domínio público de construção interativa do social e do histórico permitindo assim, na convivência cooperativa, a própria sobrevivência da espécie humana.<sup>1</sup> Em suma, a linguagem é nossa forma cooperativa de ser, viver e nos apropriarmos do mundo e não de representá-lo. Seguramente, em algum momento, deverá ser explicado como se pode fugir ao empirismo sempre iminente em todos os tipos de abordagens sócio-interativas. Mas isto fica para outra ocasião.

## 2. Chomsky: uma posição crítica

Antes de prosseguir, gostaria de expor brevemente a atual posição de Chomsky (2000) a este respeito, da qual discordo. Trata-se da crítica feroz a todas as propostas teóricas de caráter sócio-interativo ou pelo menos de cunho social na abordagem da

---

<sup>1</sup> Esta noção tem algo a ver com o que postula Maturana (1998), quando afirma que “a linguagem como fenômeno biológico consiste em um fluir de interações recorrentes que constituem um sistema de coordenações condutuais consensuais.” (p.80) Ou nesta outra formulação: “Na história evolutiva se configura o humano com o conversar, ao surgir a linguagem como um operar recursivo nas coordenações condutuais consensuais que se dá no âmbito de um modo particular de viver no fluir do co-emocionar dos membros de um grupo particular de primatas.” (p. 91) Ressalvo, contudo, que entre as posições aqui adotadas e as de Maturana há uma diferença básica, pois não me inclino a admitir de maneira tão categórica uma determinação biológica da linguagem, eliminando o mental, ou melhor, fazendo a consciência emergir do biológico, como é a posição de Maturana. Mas concordo plenamente com o autor quando afirma que “o ser humano é constitutivamente social. Não existe ser humano fora do social. O genético não determina o humano, somente funda o humanizável. Para ser humano é necessário crescer entre humanos.” (p.75) Será neste ponto que Maturana e Chomsky diferirão de modo essencial, como veremos adiante, com conseqüências sensíveis inclusive para questões de natureza ética.

linguagem. Isto pode ser visto na última obra de Chomsky (2000:41), em que ele provocativamente radicaliza suas posições mentalistas ao criticar a idéia de H. Putnam, de que o uso da língua se deve à “cooperação social” e “divisão do trabalho lingüístico” para a determinação de referentes de itens lexicais. Mas a crítica de Chomsky fica ainda mais contundente e azeda quando se volta contra M. Dummett (p.48-9), dizendo que o fato de se tomar a língua *fundamentalmente* como “prática social” na qual as “pessoas se engajam” para produzir sentidos consensuais é uma idéia no mínimo equivocada. Isto porque, segundo Chomsky,

“O conceito de língua que Dummett assume como essencial envolve elementos sociopolíticos, históricos, culturais e teleológico-normativos complexos e obscuros. Esses elementos podem ser de algum interesse para a sociologia de identificação dentro das várias comunidades sociais e políticas e para o estudo do poder da estrutura, mas eles se situam claramente fora de qualquer investigação útil sobre a natureza da linguagem ou da psicologia dos usuários da língua.” (p.49)

Esta assertiva chomskyana é sem dúvida forte e descarta toda e qualquer possibilidade de se postular a língua como um fenômeno social e também não admite, em hipótese alguma, que aspectos sociais tenham alguma relevância no *estudo científico* da linguagem. Noções como “abuso da língua”, “normas da comunidade”, “prática social” e “seguir uma regra”, usadas por Dummett, são tidas por Chomsky (2000:31, 49, 71) como “inúteis e obscuras” até mesmo nos estudos sobre aquisição da língua, pois isto equivaleria ao estudo de “qualquer coisa”, algo inadmissível numa “investigação racional no contexto das ciências naturais”. Ou seja, para Chomsky, a linguagem deve ser estudada no contexto das ciências naturais e seguir seu padrão de controlabilidade e explicatividade, sem se preocupar com os aspectos sociais e culturais. Enfim, a linguagem, uma vez *naturalizada*, não passaria de um fenômeno essencialmente neurobiológico.

Dedico-me com certo destaque a essas para mim preocupantes posições de Chomsky (2000) não apenas por se tratar de um dos mais importantes lingüistas de nosso tempo, mas porque tais posições têm centralmente a ver com o que pretendo desenvolver nesta exposição. Pois grande parte do livro de Chomsky (2000), com o sugestivo título “*Novos Horizontes no Estudo da Linguagem e da Mente*”, dedica-se a discutir o problema da significação e da referência<sup>2</sup>, naturalizando a língua e tratando-a no contexto apenas das faculdades mentais. Após afirmar que uma “teoria de qualquer coisa” não chega a nada, Chomsky (2000:70) diz que:

“A conclusão mais adequada não é a de que devemos abandonar conceitos de linguagem que podem ser produtivamente estudados, mas que o tópico da comunicação bem-sucedida no mundo real das experiências é tão complexo e obscuro

---

<sup>2</sup> É importante frisar que esses *novos horizontes* são sobretudo uma radicalização de antigos horizontes com novas discussões e posições muito mais nítidas e duras contra todo tipo de abordagem social da língua(gem) no campo da investigação científica. O que surpreende é que todas as discussões de Chomsky sobre a questão da referência (um problema central na análise do léxico como ponto nevrálgico para o gerativismo) voltam-se para autores da Filosofia da Linguagem ou da Filosofia da Ciência, tais como G. Frege, L. Wittgenstein, D. Davidson, H. Putnam, M. Dummett, W. O. Quine, S. Kripke e outros deste calibre. Chomsky quase não se dedica a analisar o que ocorre com estudos recentes, dos anos 80 para cá. Desse período, interessam-lhe os estudos na área das Ciências Cognitivas com as quais tem afinidade ou nas quais busca apoio para sua posição.

para merecer atenção na investigação empírica, a não ser como guia de intuições de como procedemos na pesquisa destinada a alguma compreensão do mundo real, incluindo-se ali a comunicação.”

Para Chomsky (p.71-2) não há utilidade alguma no uso de expressões como “comunidade lingüística”, “prática social”, “abuso da língua”, “normas” etc., pois “estes conceitos são obscuros e não é claro que tenham algum uso na investigação da língua e do comportamento humano”(p.72), já que a linguagem é uma “propriedade do cérebro” (p.31) e deve ser estudada com os recursos das ciências naturais. O argumento de Chomsky é o de que “as comunidades são formadas por todo tipo de entrelaçamentos e o estudo de comunidades e suas normas rapidamente degenera para o estudo de qualquer coisa”.

Dando um curso mais positivo a estas análises e numa posição diversa daquela de Chomsky (2000), passo a me dedicar a algumas sugestões teóricas para enfrentar a questão central da referência ligada a processos inferenciais. E para isto, vamos ter que adotar os termos que Chomsky julga obscuros. Meu intento é mostrar como esses “termos obscuros”, uma vez disciplinados, podem ser de utilidade para se saber o que fazemos quando usamos a língua em contextos reais e situações da vida cotidiana.

Para tratar dessas difíceis questões, vou seguir, entre outras, algumas das idéias de Hilary Putnam e Michael Dummett, ressaltando que estes autores não têm as mesmas posições em todos os casos e aqui servem apenas para dar ênfase a um dos aspectos da referência. Além disso, destaque-se que esses autores, provenientes do contexto da Filosofia da Ciência, Filosofia Analítica e Fundamentos da Matemática, não trabalharam propriamente textos ou discursos, mas sempre palavras isoladas, analisando em geral termos como “ouro”, “unicórnio”, “olmo”, “faia”, “flogiston”, “gatos em capachos”, “água” e uma série de outros exemplos para mostrar como nossas referências se constroem na representação mental. Interessantes nesses filósofos são as questões de base e não tanto as soluções ou os contextos que eles trabalharam desde o início deste século, quando Frege propôs a famosa distinção entre *sentido e referência* (*Sinn e Bedeutung*).

Minha observação disso tudo será essencialmente lingüístico-discursiva e não formal nem metafísica. Por isso, a par destes filósofos da linguagem, sigo de modo particular lingüistas recentes, tais como D. Apothelóz, L. Mondada, G. Kleiber, Charolles e J. Gumperz que vêm se dedicando de modo especial ao problema da referência, inferência e categorização, questões estas que estão entre as muito debatidas neste momento.

Ressalvo que não estou absolutamente preocupado com a questão da verdade na forma como Tarski (1935) a propôs em sua famosa teoria da “*Convenção T*”, ou seja: {“*a*” é *T* se e somente se *p*}, sugerindo com isso que a verdade seria um correspondência afirmada com base nos postulados de uma correlação referencial estrita entre linguagem e mundo. Os demais filósofos da linguagem adotaram essa posição renovando e radicalizando a postura aristotélica. Contudo, fique desde logo claro, que esta será, no nosso caso, a principal dificuldade na determinação referencial, justamente pela noção de língua subjacente, já que não admitimos que a língua seja uma “representação mental de significações” ou uma “representação de entidades que existem no mundo extra-mente”. Portanto, não me preocupo com o problema da “correspondência” entre significação e mundo.

### 3. Alguns exemplos

Com base nessas observações, julgo oportuno analisar alguns exemplos para esclarecer a questão central que vou tratar. A tirinha do **exemplo 1** mostra o Gênio da Lâmpada pedindo ao seu Mestre para que formule o primeiro desejo, ao que este responde dizendo: “*Eu quero que você me transforme num símbolo sexual*”. E o resultado é o que vemos: de fato, um “*símbolo sexual*”, mas não exatamente o que o Mestre teria tido em mente.

#### *Exemplo 1*



Mas o que é mesmo que o mestre teria tido em mente? Não há uma referência ou uma significação apriórica para “*símbolo sexual*” que deva ser considerada de imediato. O exemplo é tão banal quanto comum e está na base da maioria das tiradas de humor.

O mesmo ocorre no caso do **exemplo 2**, extraído de uma tirinha de jornal. A questão é saber qual a referência de *netinho*, para uma mãe, quando o filho chega e lhe diz: “*Você vai ganhar um netinho*”. Certamente, o ponto de partida é o papel social mais forte nessa relação, ou seja, de “*mãe-filho*” e a relação de parentesco que um terceiro pode ter na relação {“*mãe-filho*” e “*filho de seu filho*”} que dará num netinho, em obediência ao que Sacks (1989) já dissera ao sugerir nesses casos uma “*regra de consistência*” no contexto de um dispositivo de categorização denominado “*Membership Categorization Device*” que constitui uma gramática para inferir coleções de categorias e inserção categorial, o que é feito de forma dinâmica e não *a priori*, como bem explica Mondada (1997:298-9).

#### *Exemplo 2*



Vejam agora uma crônica de Luiz Fernando Veríssimo. Importante, aqui, não é o fato de o autor estar se referindo a alguém que ele não nomeia, mas o fato de estar gerando condições políticas, sociais, históricas e cognitivas que levam os indivíduos a construir referências que podem ser indivíduos institucionais, indivíduos pessoais ou até mesmo idéias abstratas. Vejam o texto:

*Exemplo 3:*

<b>CHAME O PROCON</b>	
Luiz Fernando Veríssimo	
<p>Você eu não sei, mas eu quero meu dinheiro de volta. Não calculo quanto custa uma hora e meia de expediente no Senado, sem contar o que ganham por mês <b>os dois contedores</b> e</p>	<p>Foi uma discussão de pátio de escola, com <b>os dois se xingando</b> como garotos e se ameaçando com pastas. E não se diga que eram adversários de pouca expressão. <b>Eram pesos pesados,</b></p>

<p><b>seus segundos</b>, mas não é pouco. E com todo o nosso dinheiro aplicado, a briga foi só aquilo? Então pagamos o local, a iluminação, o som, o cafezinho, pagamos até a platéia para estar lá e a TV para transmitir, damos dinheiro para <b>os dois</b> se prepararem da melhor maneira possível, pagamos sua casa, sua comida, seu transporte, seus massagistas, seus assessores, suspendemos todos os outros negócios da Nação para <b>eles</b> terem atenção total (o que também significa dinheiro do nosso bolso) e investimos, enfim, uma fortuna no evento, para nos darem aquele espetáculo pobre? Estava certo que não houvesse troca de socos ou mordida de orelha. Seria esperar demais. Mas no mínimo uma boa frase, um insulto mais elaborado, uma ironia mais fina, qualquer coisa que compensasse o custo.</p>	<p>categoria cruzador. <b>O presidente do Senado Nacional e o presidente do maior partido do País</b>, gente. Tinha tudo para ser uma briga equilibrada e emocionante, decidida por pontos retóricos ou por um eventual nocaute verbal. Mas não, o que vimos foi constrangedor: o político brasileiro, reduzido à sua inexpressividade essencial, desperdiçando o nosso tempo numa batalha de egos inarticulados. No futebol, chamam de “cenas lamentáveis” as que todo o mundo quer ver de novo, para lamentar várias vezes. As cenas do senado – <b>dois dos pró-homens da República</b> brandindo a sua própria mediocridade e dossiês que provavam que <b>os dois</b> são ladrões – pertencem a outra categoria do vergonhoso. Por favor, sem replays, por uma elementar questão de amor próprio.</p>
--	---

*Fonte: Diário de Pernambuco 07/04/2000*

A primeira observação a fazer é a seguinte: lendo essa crônica de Luiz Fernando Veríssimo, constatamos que até mais da metade do texto fala-se de “*dois contendores*” (e “*seus segundos*” mais uma série de outras referências), sem que sejam designados. Somente no segundo parágrafo fala-se dos cargos que esses políticos ocupam. Contudo, a maioria dos leitores sabe desde o início do texto de quem se trata. Não é necessário enunciar seus nomes. Por outro lado, boa parte dos leitores continua sem saber de *quem* (de que pessoas) se está falando mesmo depois de concluir a leitura. É este o aspecto envolvido em atividades referenciais que só se esclarece com processos inferenciais.

Aqui, exigem-se conhecimentos específicos<sup>3</sup> para inferir. A questão é: de onde vem esse conhecimento que temos e não nos é dado pelo texto? A resposta é: vem de atividades múltiplas desenvolvidas em processos inferenciais realizados em interações cooperativas. Pois não é dizendo *qualquer coisa* que Luiz F. Veríssimo conseguirá levar seus leitores a inferirem referências pontualizadas, aqui apenas sugeridas. Há algo que LfV *deve* dizer para que o acesso a referências pela via inferencial seja possível. Portanto, uma primeira conclusão importante é que *para inferir referências pretendidas*

<sup>3</sup> Não é uma preocupação minha neste momento decidir a natureza desses conhecimentos nem seus papéis na geração de inferências diferenciadas, mas é bom saber que conhecimentos lingüísticos geram inferências semânticas; conhecimentos normativos e sociais geram inferências pragmáticas; conhecimentos de regras relacionais geram inferências lógicas e assim por diante.

*temos que ter no mínimo um acesso dado por pistas orientadoras.* Inexistem cartolas para mágicas inferenciais.

Uma segunda observação, a meu ver mais importante que a primeira é esta: nada garante que a inferência de referentes *existentes* no mundo empírico da política brasiliense seja mais segura, objetiva, precisa, factual, do que a inferência, também possível, de que L.FV. fazia apenas uma *ironia* nesse texto. Em outros termos, afirmo que não há, no processo inferencial de referências e sentidos, ou no processo de produção de coerência, aspectos nucleares garantidos por uma instância dita *objetiva* (o mundo físico e extra-mente), de um lado, em contraposição a aspectos periféricos (as forças ilocutórias, as intenções, os pressupostos), de outro lado, que se fundariam em instâncias ditas *subjetivas*. É ilusória a idéia de que num texto haveria *camadas superpostas* de sentidos e referências, sendo as mais centrais as referências ditas *objetivas* e as demais, sempre mais *subjetivas*, na medida em que se afastassem desse centro. Essa idéia de que existem coisas mais sólidas e coisas menos sólidas no texto se baseia numa noção de língua como representação do mundo ou de mundos, tais como o mundo físico, o social, o cultural e o mental e numa série de distinções dicotômicas que comandariam a linguagem com uma instância segunda de representação destes mundos.

Já em casos como o do *exemplo 4*, temos um tipo de operação completamente diverso. Neste telefonema, duas amigas comentam um fato curioso ocorrido durante um desfile de modas. De uma maneira geral, todos nós sabemos (inferencialmente) qual seria a referência do pronome 'ele' que aparece na linha 357, e também as referências das elipses que aparecem no final do segmento, nas linhas 361-368, que podem divergir entre si. Existem condições cotextuais de natureza informacional direta e elementos de nossa experiência social que fundam as inferências nestes casos, mas os referentes não estão designados. Eles são sempre inferidos. Vejamos o texto:

**Exemplo 4:**

/...../  
 340 B: e eu também achei que não ficou muito bom sabe V. aquele  
 negócio do coquetel sabe  
 341 V: diz que ficô as prate/as ninguém se serviu direito não foi?  
 342 B: não é? n/ e também... éh mais ou menos isso...  
 343 mas olha uma pouca vergonha ((rindo)) viu  
 344 V: o povo foi encima  
 345 B: é: menina... que coisa FEia tá...  
 346 tão FEio V.  
 347 V: éh:... agora sabe o que é que ia servi...  
 348 ia servi no terraço mas choviscou não foi?  
 349 B: mas naquela hora não tava choviscando né?  
 350 V: diz que tava cho[viscando...  
 351 B: [ éh  
 352 V: eu tava lá dentro...  
 353 mas sabe que eu não me servi de absolutamente nada a não  
 ser uma coca-cola  
 354 porque eu vi passando mas eu tava tão agoniada tão tensa  
 sabe [...

- 355 B:
- [éh
- 356 V: mas diz que foi terrível né
- 357 porque as meios das cadeiras eram estreitas e não dava pra
- ele passá né?
- 358 B: é... exato...
- 359 aí ficava um avanço
- 360 ficava uma coisa feia
- 361 quando vem pra cá  $\emptyset^a$  vem chegando  $\emptyset^a$  fica aqui espera aí  $\emptyset^a$  que
- 362 eu<sup>b</sup> vô pegá um pra mim<sup>b</sup>  $\emptyset^b$  pegava de dois três
- 363 V: nordestino é fogo viu ←
- 364 B: ave maria achei tão feio viu
- 365 V: mata de vergonha...
- 366 não pode nem i num hotel cinco estrelas que faz isso...
- 367 já pensou...  $\emptyset^b$  pegaram de dois três foi B.?
- 368 B: é: pegavam  $\emptyset^b$  de dois três logo viu

No *exemplo 4* temos um caso de relações anafóricas sem que o referente pretendido esteja verbalizado no cotexto anterior ou posterior. Mas isso não impede que se infira com precisão de quem se trata, mesmo que não identifiquemos um indivíduo particular. Por exemplo, podemos dizer que:

ele  $\equiv \emptyset^a \equiv$  garçom

eu<sup>b</sup>  $\equiv \emptyset^b \equiv$  qualquer indivíduo {x, y, z} (o nordestino da linha 363?!) presente ao evento

mas não interessa saber quem são exatamente e se de fato existem esses indivíduos { $\emptyset$ } de quem se fala; o que interessa é que se está falando de alguém que *pode* ser identificado. Trata-se de *indivíduos discursivamente produzidos* e não de indivíduos de um mundo objetivo. Não se trata de inferir referentes com base em conhecimentos prévios, nem com base na situacionalidade em si, mas sim na relação interativamente construída.

Com base nisso, fica muito difícil sustentar as conhecidas dicotomias herdadas da filosofia ocidental desde os gregos, tais como: cultura/natureza; racional/emocional; essencial/ acidental; necessário/contingente; objetivo/ subjetivo; concreto/abstrato; factual/ficcional e assim por diante. O que temos é um contexto de interação cooperativa em que surgem as nossas vivências comunicativamente elaboradas num domínio de relações lingüísticas e não num contexto de representações de ordens diversificadas. Mais do que uma relação direta linguagem-mundo, a referência é, nestes casos, um *papel funcional* da linguagem em operações interativas e colaborativas que mantemos com o mundo.

#### 4. Duas perspectivas

Mesmo correndo o risco de uma supersimplificação teórica, em princípio parece correto afirmar que, de uma maneira geral, podemos distribuir os modelos que

tratam dos processos de compreensão em dois grandes paradigmas que por sua vez podem ser desmembrados em muitas teorias. Esses dois paradigmas sugerem duas grandes hipóteses:

1. *compreender é decodificar*
2. *compreender é inferir*

Com isto teríamos, de um lado, (1) as teorias da *compreensão como decodificação*, baseadas na noção de língua como código e, de outro lado, (2) teorias baseadas na noção de língua como atividade e cooperação interativa, tomando a *compreensão como inferência*.

(1) A *decodificação* segue a perspectiva de uma semântica lexicalista, uma noção de referência extensionalista na relação linguagem-mundo e uma concepção de texto como continente, adotando, de uma maneira geral, uma série de dicotomias nossas conhecidas, tais como: mente/corpo; objetivo/ subjetivo; fato/ficção; razão/emoção; essência/ acidente; natureza/convenção; biologia/cultura; indivíduo/sociedade; ideologia/ciência, além das que a própria lingüística gerou desde Saussure, tais como: significante/significado; sincrônico/ diacrônico; língua/fala e assim por diante.

(2) Já a *inferenciação* segue uma noção de língua como um domínio recursivo de atividades cognitivas, sócio-interativas e cooperativas, em que em primeiro lugar estão ações situadas e não propriamente representações. Com isto, adota-se uma outra noção de referência, tomando-se-a como produzida interativamente a par de uma noção de texto como evento construído na relação situacional, sendo o sentido sempre situado. Trata-se de uma visão integradora em relação aos processos em curso. Além disso, fica claro que a inferência não é uma questão de ponto de vista construído a partir de representações do leitor/ouvinte.

Como se percebe, é nesta segunda perspectiva que nos vamos situar nesta investigação. Para tanto, defino brevemente, a seguir, as noções centrais de referência e inferência, a fim de com elas operar em algumas breves análises de exemplos e indicar o enorme alcance da idéia em relação à produção textual, tanto oral como escrita.

## 5. Noção de referência

Tendo em vista a complexidade da questão e a brevidade do tempo disponível, não entrarei em muitos detalhes a respeito da noção de *referência*, mas vou fornecer elementos para identificar a posição aqui adotada. Antes disso, porém, gostaria de esclarecer que concordo com H. Eco (1998:238), para quem a expressão *referência* deve ser usada de modo distinto da expressão *significação*. Assim, com a noção de referência designamos sempre *indivíduos, grupos de indivíduos, fatos, lugares, tempos* etc., sempre *singulares* (existentes, imaginados ou contratualmente estabelecidos). Já com a noção de *significação* designamos *universais* ou algo desse tipo. A questão vai diferir, quando observamos as várias concepções de *referência*, quanto a ser esta relação de uma outra natureza, mas não quanto a este aspecto básico aqui apontado. Neste caso, distinguem-se pelos menos três noções de referência:

- a) *extensional ( realidade objetiva e extra-mental)*

- b) *discursiva* (social, cooperativa e interativa)  
 c) *cognitiva* (mental, representacional, prototípica)

(a) A primeira, a noção *extensional*, a mais antiga (herdada do *Peri Hermeneias* de Aristóteles) e ainda hoje predominante nos estudos lógico-semânticos, bem como nas análises naturalistas da linguagem, é a que se funda numa concepção objetiva e realista de língua como transparente e referencialista, tendo por base uma visão instrumentalista da língua. Esta posição garante uma relação extensional entre linguagem e mundo e vem sendo postulada pelas teorias vericondicionais, entre outras. Com esta vertente trabalham-se os problemas formais da língua e dá-se grande atenção para o problema da verdade. Aqui cabe a noção de *referência* no seu sentido clássico para analisar a verdade, a existência e a realidade.

(b) A segunda posição, que postula os referentes como *objetos de discurso*, é mais recente e liga-se de modo especial às teorias sócio-interativas preocupadas de modo especial com o aspecto dinâmico, histórico, social e não transparente da língua. Não se nega que exista o mundo extra-mente, mas não se adota uma relação biunívoca entre esse mundo e uma linguagem representacional desse mundo. Também não se nega que haja uma mente que elabora “conteúdos mentais” úteis e intersubjetivamente comunicáveis, mas que estes conteúdos não são determinantes dos objetos de discurso. Neste caso, a referência equivaleria a um “falar de”, sem uma preocupação com a verdade e a existência.

(c) A terceira posição tem várias perspectivas teóricas que vão, entre outras, desde uma que anula a linguagem (o conexionismo funcionalista) até uma que faz a linguagem situar-se no interior da mente (naturalismo hipotético) de natureza mentalista. Mas há outra perspectiva cognitivista que postula uma noção de linguagem como atividade sócio-cognitiva (socio-construtivismo) em que a interação, a cultura, a experiência e aspectos situacionais interferem na determinação referencial. Ressalte-se que esta última posição é de interesse ao nosso caso e ela assume variadas formas, em especial no caso da construção interativa de categorias, como ainda veremos. Um dos problemas centrais que surge quando se fala em *cognição* é o fato de que esta expressão não é unívoca em seu uso e apresenta hoje inúmeras interpretações em variados modelos teóricos. Espero que deixar um pouco mais claro do que é que estou a falar neste caso. Aqui se pode tomar a referência como uma espécie de *representação mental*, pelo menos na sua forma mais geral.

De especial interesse, no caso da primeira perspectiva teórica (visão *extensionalista* ligada à compreensão como *decodificação*), é a crença na possibilidade de *dizer o mundo de forma objetiva*, distinguindo entre fatos e crenças. Essa perspectiva caracteriza-se por produzir teorias da compreensão e da produção textual em que, de um lado, está o texto com conteúdos objetivamente inscritos e, de outro, indivíduos que, em condições específicas, podem captar os conteúdos sem maiores problemas. Neste caso, tanto a linguagem como o mundo estão previamente discretizados e podem ser correlacionados por processos referenciais de correspondência. A referência seria uma contraparte extra-mente para um conceito ou uma expressão lingüística. As

significações teriam uma referência no mundo objetivo. Os referentes, nesta teoria, são *objetos do mundo* e a atividade de referi-los é um processo de designação extensional.

Esta perspectiva teórica alimentou e ainda alimenta, em boa parte, os filósofos da linguagem de linhagem positivista. Mas hoje em dia já estão cada vez mais céticos estes filósofos, em especial H. Putnam, D. Davidson e M. Dummett, que aderem à idéia de que é possível não se ter de maneira tão exata uma significação com um correspondente unívoco no mundo extra-mente e, como veremos adiante, postulam um caráter social para a linguagem. As análises dos filósofos a respeito da inferência sempre estiveram ligadas à preocupação com a verdade e a determinação de um mundo objetivo. Seus exemplos são em geral de palavras isoladas e não de discursos contextualizados (em parte porque não dispunham de uma teoria do contexto). O **Exemplo 5** é típico para essas questões e foi levantado por Chomsky (2000:15-117):

**Exemplo 5:**

“Suponha que a biblioteca tenha dois exemplares de “*Guerra e Paz*” de Tolstoi; Peter leva um e John, o outro exemplar. Peter e John levaram o mesmo livro ou livros diversos?” (p. 16)

Segundo Chomsky (2000:16), caso atentarmos para o “*fator material*” designado pelo item lexical “*livro*”, então Peter e John levaram livros diversos, pois são *dois volumes materialmente distintos*. Mas se considerarmos seu “*componente abstrato*”, então ambos levaram o mesmo livro e podemos dizer que ambos vão ler o mesmo livro. Em certos casos, parece que podemos referir as duas propriedades simultaneamente, como neste enunciado:

“O livro que ele está planejando vai pesar 3 kg se um dia ele o escrever”

Essas propriedades não estão na língua mas sim no modo como a usamos e a adquirimos. Tudo depende dos traços semânticos que usamos para determinar a referência de itens lexicais. Para Chomsky, isso não é um problema nem é uma matéria de crença. Trata-se de algo trivial e até óbvio, mas não é matéria para um estudo científico e naturalista da língua, pois perde-se em infinitas distinções e numa “ciência de qualquer coisa”.

Para Putnam, em contrapartida, o uso da língua, no que tange à referência, é muito mais uma questão da “*divisão do trabalho lingüístico*” (p. 53-55), isto é, uma palavra como “*robin*” que designa uma espécie de pássaro, não é a mesma coisa na Inglaterra que nos Estados Unidos (o que diz respeito a todo o problema da formação de categorias). Assim, a *representação mental* de “*robin*” na mente de um inglês pode ser a mesma que na mente de um americano, mas a referência empírica extra-mente **não** é a mesma (p. 53). A razão disso, diz Putnam, não é difícil de ser encontrada. Trata-se apenas do seguinte: “*A referência é um fenômeno social.*” (p.54, grifo do autor).

As pessoas não precisam conhecer tudo a respeito dos itens lexicais, por exemplo, eu não preciso saber o que é o “*molibdênio*”, pois eu posso confiar num especialista que me diz que o “*molibdênio é um “Elemento de número atômico 42, metálico, branco, mole, resistente, utilizado em ligas”*”<sup>4</sup>. É a este tipo de atividade que

<sup>4</sup> Definição dada pelo Dicionário Aurélio Século XXI.

Putnam chama de “*divisão do trabalho lingüístico*”, observando que “a língua é uma forma de atividade cooperativa e não uma atividade essencialmente individualista” (p. 57-8). É este aspecto que falta na posição aristotélica e em todas as posições de caráter mentalista estrito. Assim se expressa Putnam (1988:103) a este respeito: “A dimensão social da significação – a divisão do trabalho lingüístico – continua a ser completamente silenciada pelas teorias mentalistas.”

Em suma, Putnam (1988:68) observa que “a referência é parcialmente fixada pelo próprio contexto”, ou seja, a “*contribuição do contexto*” é essencial para que cheguemos a utilizar nossos itens lexicais de acordo com o que os demais fazem em nosso grupo social. Para Putnam (p. 68), “conhecer a significação de uma palavra”, isto é, usá-la referencialmente de modo correto, é “ter um conhecimento tácito de sua significação no sentido de saber usar a palavra num discurso”, e não “saber traduzi-la” ou “saber o que ela designa ou denota”. Em outros termos, pode-se dizer que “conhecer a significação de uma palavra’(...) não é rigorosamente conhecer um *fato*”. (p. 69). Pois o conhecimento que se tinha na química de 1750 não dava a mesma noção química para a *água* tal como o fazemos hoje, sabendo que se trata de H<sub>2</sub>O, mas todos designamos a mesma coisa ao usarmos o termo num discurso, tanto então como hoje. O conhecimento da língua é um conhecimento que deve ser *público*, no sentido de que deve circular socialmente, mas os fatos em si são outra questão. É assim que Putnam (1988:74) conclui suas observações: “A *significação é interacional. O entorno em si mesmo exerce um papel na determinação do que designam as palavras de um locutor ou de uma comunidade.*” (grifo do autor)

Neste contexto teórico, será igualmente interessante apontar a contribuição de M. Dummett, em um texto de 1974, intitulado “*o caráter social do significado*”. A certa altura de suas observações, após rever posições de Quine a respeito da significação, Dummett (1974:519), indaga-se: “O que é uma língua (no sentido cotidiano de “língua”)? Será apenas a intersecção de uma enorme quantidade de idioletos?” E prossegue observando que para Frege o sentido teria um caráter objetivo que os indivíduos poderiam comunicar uns aos outros. O problema dessa posição fregeana, segundo Dummett, era que a teoria do sentido de Frege “é uma teoria segundo a qual o sentido que qualquer pessoa outorga a uma certa expressão é algo que se relaciona unicamente com suas inclinações a associar certas condições de verdade às orações.” (p.519)

Neste caso, uma dada língua seria, para Frege, de fato, a intersecção de todos os idioletos dos indivíduos que falam essa língua. Mas isto é falso, afirma Dummett (1974:519), apoiando-se em Putnam, pois “a explicação de Frege não presta o devido reconhecimento ao caráter social da linguagem” (p.519), como já lembrava o segundo Wittgenstein. A prática lingüística enquanto prática social é de importância, frisa Dummett (p.520), lembrando que:

“Um idioleto não é uma língua; não existe descrição da utilização que qualquer indivíduo faz de suas palavras sem que se leve em conta seu consentimento a subordinar seu uso àquele que se considera em geral como correto. Quer dizer, ninguém pode chegar a explicar o que é um idioleto sem invocar a noção de língua considerada como fenômeno social.”

A rigor, Frege não estava interessado nos usos cotidianos e sociais da linguagem. A ele interessava uma língua que pudesse ser utilizada com precisão e rigor

e que não contivesse os defeitos e as variações das línguas naturais, de modo que sua visão de idioleto seria essa visão depurada que daria univocidade aos termos: seria uma *Begriffsschrift* (*ideografia*).

Como se nota por esta breve revisão de alguns dos mais representativos autores da Filosofia da Linguagem, há uma forte tendência a considerar o aspecto social da linguagem, estando Chomsky na contra-marcha dessa posição. Mas a noção de referência produzida nesse contexto ainda é estreita, pois o caráter social da linguagem professado por estes autores não atinge a dimensão sócio-discursiva, como veremos a seguir.

Já no caso da teoria que toma a língua como atividade e postula o texto como um evento, não se admite que os referentes sejam sistematicamente objetos do mundo, tendo em vista que se caracterizam como *objetos de discurso*, segundo largamente postulado, por exemplo, por Mondada (1994) e muitos outros. É nesta segunda posição que nos situamos para resolver a questão da relação entre processos referenciais (*referenciação*) e inferência. Aqui a referência é muito mais um “contrato” discursivamente produzido e não um ente qualquer do mundo de nossas percepções ou de nossas crenças.

Assim, a explicitude, a repetição, a pressuposição cognitiva, a seleção lexical, as decisões sintáticas e outras, podem ser analisadas na sua relação com a referenciação e inferência. A expressão *referenciação* é aqui usada no lugar de *referência*, já que esta última tem um caráter de relação pré-fabricada (à margem das condições de uso) entre o mundo e a linguagem. Tal como observa Mondada (1994:17), à noção de

“objeto de discurso interessa ter em conta a imbricação das práticas cognitivas e sociais nas operações de referenciação, onde a referência é construída pela atividade enunciativa e orientada em primeiro lugar para a dimensão intersubjetiva no seio da qual ela é negociada, instaurada, modificada, ratificada.”

Para autora, como para nós, mais do que “a maneira como o texto faz referência a uma exterioridade”, interessa “a maneira como os locutores concebem sua referência a uma exterioridade” (p. 17). Isto significa que é essencialmente na interação cooperativa que se constrói a referência. Esta cooperação se dá em muitos casos de modo encapsulado. Assim, interliga-se uma série de questões com base numa postura a uma só vez sócio-cognitiva, discursiva e interativa. Não será fácil – e nisto Chomsky tem razão - contornar todos os problemas aqui envolvidos, mas suponho que se trate de um caminho razoável para resolver as questões levantadas.

É importante considerar, com Moeschler & Reboul (1994:361), a propósito do tipo de condição que as descrições definidas completas podem preencher, que “*a saturação semântica, em certa medida, não é uma condição suficiente da determinação dos referentes.*” Isto sugere que a *saturação semântica* não é suficiente para realizar com propriedade e segurança a *saturação referencial*. Portanto, voltamos à idéia de que a atribuição de referentes no texto é em boa medida uma atividade pragmático-interativa de natureza também inferencial.

Como a *referência* diz respeito aos processos de identificação/determinação de indivíduos, fatos, estados de coisas, ações, entidades de todo tipo no discurso, é normal que enunciados soltos (ou palavras isoladas) apresentem problemas de relações referenciais. Daí muitas das dificuldades um tanto artificiais com que os filósofos da

linguagem se debatiam ao analisarem termos soltos como “*olmo*” e “*flogístico*”, tão ao gosto de Putnam, Dummett, Quine, Kripke e Fodor.

Quando usados em situações discursivas reais, os termos ou são ambíguos ou podem referir simultaneamente várias entidades, já que a língua é heterogênea por natureza e as palavras não operam em “*estado de dicionário*” nem em “*contexto zero*”. Num texto, a ambigüidade se dissolve mediante as relações estabelecidas no *cotexto* (intratextualmente) ou no *contexto* (cognitivo, situacional etc.). Isto significa que as expressões ou frases não referem por si, mas de acordo com os objetivos daquele que produz o texto. Assim, tratar o processo referencial no texto exige mais do que uma simples semântica extensional.

Colunas sociais (*Exemplo 6*) e resumos de novelas (*Exemplo 7*) dão por conhecidos os indivíduos de que falam. Mas quem é *Raul Henry* para uma pessoa que não mora no Recife? O colunista não se preocupa em situar os fatos porque supõe que os leitores do *Diário de Pernambuco* não necessitam disso. Mais complexa é a questão de situar esses fatos num fluxo social relevante. Cronistas sociais e produtores de resumos de novelas pressupõem que seus leitores partilham de modo exaustivo do mundo que eles relatam.

#### *Exemplo 6*

<b>CONFIDENCIAL</b>
Raul Henry
estuda a possibilidade de trazer a montagem completa da ópera <i>O Guarani</i> para a reinauguração do teatro Santa Isabel. Espetáculo foi montado com sucesso, no festival da Ópera de Manaus.

**Fonte:** *Diário de Pernambuco* 29-04-2000  
Coluna Social – João Alberto

Chega a ser impressionante o caso dos resumos de novela que encadeiam orações uma após a outra sem ligação alguma e na suposição de total compreensibilidade.

#### *Exemplo 7*

<b>MALHAÇÃO</b> (Globo) Guto quer que o cigarro seja proibido também no clube. Linda apóia Afonso na campanha. Tati avisa a Rodrigo que eles poderão ter sua noite juntos. Linda reclama porque Jorge está fumando. Ele lembra que ela	<b>UGA-UGA</b> (Globo) Nikos toma vários remédios para agüentar a noite com Vitória. Querubim avisa que não vai ajudar Baldochi porque a filha está apaixonada por Beterraba. Bionda e	<b>MARCAS DA PAIXÃO</b> (Record) Tenório descobre que Ivan é filho de Djalma. Benito vai atrás de Pepeu e acaba pegando Lazineha como refém. Djalma vai até a fazenda e diz a Diogo que o falso
---	---	--

fumou durante anos. Rodrigo e Tati se beijam, se abraçam e trocam juras de amor.	Salomão passam a noite juntos e depois são seqüestrados. Mutuca diz que Vitória ficou com as esmeraldas. Van Damme diz a Maria que Baldochi ligou.	Miguel foi assassinado e que encontraram impressões digitais de Diogo na arma que Neno usou para fugir. Todos suspeitam de Motta.
<b>O CRAVO E A ROSA</b> (Globo) Petruccio se irrita porque Catarina comeu o anel da avó. Batista providencia um outro anel e o noivado acontece. Bianca fica sabendo que o anel foi roubado. Lindinha experimenta o anel. Calixto relembra para Josefa o passado. Heitor recita um poema para Bianca. Chocada, ela lhe dá um tapa e acaba o namoro.	<b>CHIQUITITAS</b> (SBT) A formiga diz a Mateus que a Candinha precisa ser resgatada. Benita acaba presa ao tentar resgatar Candinha. Fran e Rodrigo decidem recolher pilhas e baterias usadas. Cora desconfia de Jorge e manda Tomás ficar de olho nele. Cora marca uma reunião com o juiz Mendes. Jorge desconfia de Cora e decide investigar.	<b>LAÇOS DE FAMÍLIA</b> (Globo) Edu diz que não está sentindo os braços e as pernas. Ele é levado para o hospital e Helena o acompanha. As clientes de Helena reclamam sua presença. Paulo leva Capitu à sua casa. O médico diz que Edu tem uma lesão neurológica e que ainda não é possível saber qual a sua extensão. Alma e Helena se encontram no hospital.

Fonte: *Diário de Pernambuco* 19-07-2000

Para quem não assiste novelas e não conhece os personagens aqui citados, fica difícil ter uma idéia do que se trata. O gênero textual *resumo de novela* exige de seus leitores muito mais conhecimentos partilhados do que qualquer outro gênero textual, pelo menos no que respeita à identificação referencial, pois não introduz nem situa os personagens. Isto não ocorre com um romance, nem com um conto ou com uma notícia jornalística.

Para a análise da *referenciação* no discurso será essencial considerar que, numa perspectiva macro, um texto constrói-se e progride com base em dois processos gerais: (1) *progressão referencial* e (2) *progressão tópica*.<sup>5</sup> Esclarecendo as relações de diferença e semelhança entre os dois processos, pode-se lembrar, *grosso modo*, que:

(i) *progressão referencial* diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às *estratégias de designação de referentes* e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*.

(ii) *progressão tópica* diz respeito ao(s) assunto(s) ou tópico(s) discursivo(s) tratado(s) ao longo do texto.

<sup>5</sup> Embora tentadora, tudo indica que uma relação biunívoca desses processos com os de *coesão* e *coerência* não pode ser estabelecida, pois se trata de aspectos diversos como se verá no decorrer da análise que busco empreender aqui.

Contudo, se a continuidade referencial serve de base para o desenvolvimento de um tópico, a presença de um tópico oferece tão somente as condições possibilitadoras e preservadoras da continuidade referencial, mas não a garante.

A progressão referencial se dá com base numa complexa relação estabelecida centralmente em interações cooperativas realizadas no discurso. Neste caso, os referentes não são tomados como entidades aprióricas, mas como *objetos-de-discurso*, tal como postulam Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), entre outros. Para tanto, admite-se, em termos gerais, que do ponto de vista ontológico o mundo (a realidade extra-mental) não se acha de uma vez por todas discretizado, identificavelmente demarcado e precisamente delimitado na forma como o designamos. A discretização do mundo empírico (extra-mental) não é um dado apriórico, mas uma elaboração sócio-cognitiva. Isto equivale a dizer que a aplicação de itens lexicais a entidades do mundo fenomênico não está pronta mas é construída no processo de designação na relação co(n)textual. Tão logo afirmamos essa posição devemos também ressaltar que isto não é um princípio geral do “vale-tudo”. Existem limites para essa elaboração, que são dados pela viabilidade contextual e interativa de aceitação por parte da comunidade em questão.

Isso exige uma noção não-extensional de referência para dar conta do processo de referenciação textual. A *referenciação*, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado no discurso e resultante da construção de referentes de tal modo que a noção de *referência* passa a ter um uso diverso daquele que se lhe atribui na literatura semântica em geral. *Referir* não é uma atividade de “etiquetar” um mundo pré-existente e extensionalmente designado, mas sim uma *atividade discursiva* de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso*. Isso não quer dizer que se nega a existência do mundo extra-mental, pois este continua sendo a base para a designação.

Em relação a esta perspectiva, lembro a conclusão de H. Eco (1998:249-250), após analisar a “*História do sarchiapone*”, um indivíduo que ao final se revela como inexistente, não obstante os interlocutores terem se referido a ele o tempo todo. Para Eco, a possibilidade de se referir até mesmo ao que não existe no mundo real, deve-se ao fato de que:

- (i) ‘*referir-se a*’ é uma ação que os falantes realizam com base numa negociação;
- (ii) o ato da referência realizado utilizando um termo poderia, em princípio, não ter nada a ver com o conhecimento do significado do termo, nem sequer com a existência ou não do referente – com o qual não mantém nenhuma relação causal;
- (iii) não há designação definível como rígida que não se apóie numa descrição (‘etiqueta’) de partida, mesmo que muito genérica;
- (iv) mesmo os casos aparentes de designação absolutamente rígida constituem encaminhamentos do contrato referencial, momento inicial da relação, nunca o momento final.

Com isto, estamos deixando de lado tanto a teoria da referência pela “designação rígida”, como a teoria “ontológica” da referência ou a teoria “causal” da

referência e abrimos espaço para equívocos referenciais ou dubiedade referencial, já que referir é uma *ação lingüística* e não uma correlação direta entre linguagem e mundo.

Aspecto central nessa questão é o que se refere à construção de categorias. O problema é complexo porque as fronteiras entre traços ditos semânticos e traços relativos a conhecimentos enciclopédicos ou culturais não são fáceis de se estabelecer. A questão das categorias continua na ordem do dia e ainda não tem uma solução consensual entre os pesquisadores.<sup>6</sup> Contudo, desde que Eleanor Rosch (1978) recolocou a questão, não se admite mais que seja possível definir as categorias por propriedades necessárias e suficientes. Considera-se que *as categorias acham-se delineadas socio-interativamente em espaços experienciais heterogêneos e culturalmente sensíveis*. Essa visão, que em parte é uma vantagem, constitui o ponto fraco dos domínios categoriais prototípicos, pois eles são instáveis e empiricamente complicados.

As categorias pretendem algo impossível, ou seja, mapear as estruturas do real num conjunto limitado e econômico de índices. Kantianamente, pensa-se a questão das categorias como um mapeamento cognitivo da realidade. Mas esta visão cartográfica da língua é precária por muitas razões. Neste caso, como as categorias se expressam simbolicamente numa língua, é importante ter claro qual a noção de língua que se adota. Já frisamos aqui que nossa visão de língua é de um sistema não fixo e que não se trata de um instrumento de etiquetagem da realidade. É neste sentido que afirmo que *as categorias não podem ser tomadas como estruturas invariantes capazes de realisticamente agruparem a realidade extra-mente de modo culturalmente insensível, sem uma nítida inserção contextual. Categorias não são entidades naturais e realistas, mas constructos sócio-culturais de grande plasticidade*.

O certo é que não se fala mais hoje em entidades prototípicas, pois a prototipicidade é um efeito da tipicidade e não um estado de uma determinada entidade. Evita-se, com isto, como lembra Mondada (1997:295), uma noção representacionista e transparente de categoria em favor de uma concepção dinâmica, discursiva e que reflete os usos e as práticas simbólicas. De certo modo, as esquematizações nos processos discursivos são *co-construções*. Esta é a posição de Filliettaz (1996:41) quando sugere que a melhor forma de tratar a referenciação no discurso é a *interacionista*.

A importância deste aspecto da construção de categorias de forma dinâmica e discursiva se verifica quando se considera que a própria cognição deixa seu limbo representacionista e passa para o plano da experiência e da situacionalidade. *O processo cognitivo tem uma dimensão social que deve ser considerada. A mente não é uma espécie de depósito de representações mentais retratadas (espelhadas?) num léxico em que as palavras operam como rótulos. Aqui, uma visão sócio-constructivista da mente seria até mais adequada.* (cf. Mondada, 1994:89).

A guinada dá-se rumo a uma noção de *construção social da realidade* em que o sujeito e os processos interativos se tornam centrais. Com isto surge, como frisa Mondada (1997:297), o “reconhecimento da natureza discursiva das categorias”, ou

---

<sup>6</sup> É sempre oportuno dizer que a questão das categorias, tal como trabalhada hoje nas teorias cognitivistas e em boa parte dos trabalhos de semântica, inclusive na lingüística de texto, como no nosso caso, nada tem a ver com o clássico tema como desenvolvido por Aristóteles, Kant e outros na tradição filosófica ocidental. Veja-se, sobre a questão, o recente livro de Humberto Eco. 1998. *Kant e o ornitorrinco*.

seja, a visão de que a categorização é uma atividade interativa. É nesta perspectiva que me situo para assumir a segunda noção de referência, tal como apontado.

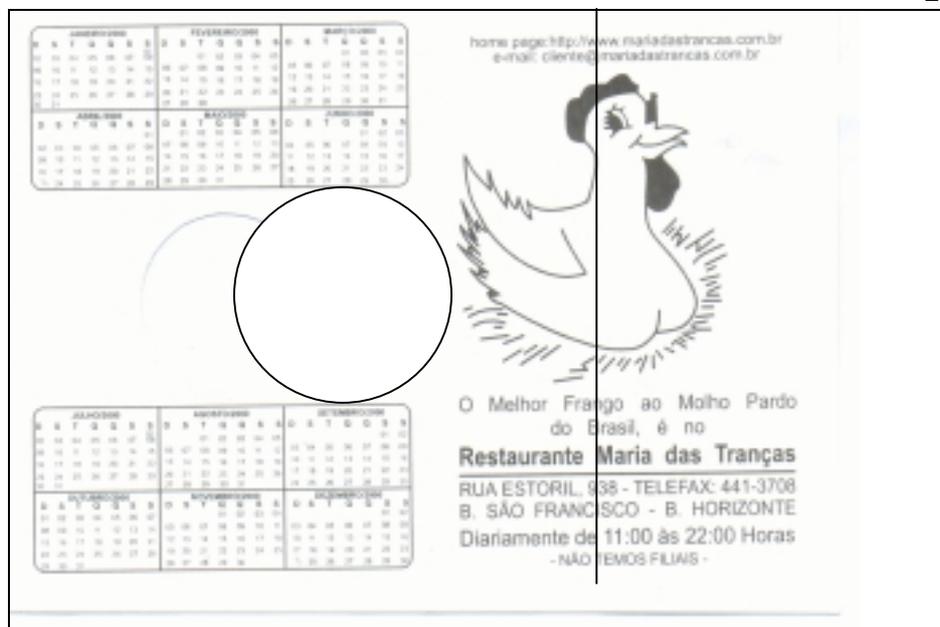
Por outro lado, já que as categorias são discursivamente construídas, elas se dão tipicamente como *objetos de discurso* e não como fenômenos do mundo ou referentes externos e pré-existentes. Veja-se o **Exemplo 8** em que temos um elemento iconográfico e um breve enunciado. Embora com certa reserva ou mesmo ceticismo, a primeira interpretação que nos ocorre é a de uma mulher despida sentada, sugestivamente insinuada pelo “olho” da fechadura da porta. Mas ao abrimos o papel, vemos que a questão é outra, como se observa no **Exemplo 8a**, que é o folheto aberto.

**Exemplo 8**



Em (8) temos a mesma figura que em (8a), mas com a diferença de que em (8) o cartão do restaurante *Maria das Tranças* estava dobrado, com uma abertura circular no centro da fechadura por onde se podia ver nitidamente o peito da galinha (confundível com uma mulher de costas despida sentada). Tão logo se abrisse o cartão, seria possível observar que se tratava de uma galinha e informações sobre o restaurante. Precisamente este aspecto nos leva a postular que em muitos casos o que se tem como referência de um dado elemento, seja ele lingüístico ou iconográfico, é uma determinada interpretação discursiva que pode ser uma projeção ilusória de nossos sentidos ou uma determinada interpretação, tal como postulado por Austin [1962].

**Exemplo 8a**



Tomemos um outro exemplo ainda com o item lexical 'livro'. Suponha-se que eu entre numa papelaria que também vende livros e diga o seguinte ao vendedor:

**Exemplo 9**

- *Eu queria comprar um livro*

Ele saberá que não desejo uma resma de papel, um cartão postal, uma caneta, envelopes etc., mas não sabe ao certo *o quê* quero comprar (não consegue ainda estabelecer uma referência). Se eu disser o nome de um autor, também não será suficiente, caso vários livros desse autor estejam disponíveis. Preciso dizer um título ou um volume, se há vários volumes com o mesmo título, e assim por diante. O processo de referenciação se constrói discursivamente, de maneira progressiva até a identificação de algo. Estamos no terreno das *representações individuais e das representações co-construídas na interação* (v. Filliettaz, 1996:55-58).

As caracterizações supostamente prototípicas podem quando muito ter um ar de virtualidade, mas *é no discurso* elas assumem traços de pertinência específica e situadora que levam à identificação. É nesse processo que dois indivíduos, ao interagirem linguisticamente, chegam a saber do que estão falando e como estão construindo seus referentes. Esses referentes co-construídos interativamente são objetos ativados no discurso.

No geral, quando usamos uma dada categoria (um termo qualquer) num discurso, há propriedades atribuíveis ao indivíduo, fato, situação, evento etc. referido, que não explicitamos e que nem por isso lhe podem ser negadas, sendo possível inferi-las a qualquer momento. A este respeito, lembra H. Eco (1998:275) que podemos falar

de um personagem e não dizer, por exemplo, que tem cabelos; e isso não permite que infiramos, naturalmente, que o personagem em questão seja careca. Quando referimos uma entidade qualquer, muitas propriedades lhe estão agregadas e todas elas são implicitamente referidas com a asserção da entidade. Esse tipo de referenciação é um processo de *ativação de propriedades semânticas* que permanecem em *estado de alerta* para uso eventual. É por esse caminho que realizamos *associações* dos mais diversos tipos (as anáforas associativas, por exemplo). Também realizamos inferências de cadeias causais ou de relações não necessariamente lógicas entre elementos.

Na realidade, parece-me que nestes casos e em muitos outros, podemos distinguir, com D. Marconi (1997:56-76), entre:

- a) *competência inferencial*
- b) *competência referencial*

Para esta distinção, Marconi (1997:1) parte da posição de que sistemas mecânicos (máquinas computacionais) não entendem a linguagem como nós humanos e então indaga-se: “que tipo de conhecimento e habilidades *nós* possuímos que nos torna possível entender a linguagem?” Segundo Marconi, temos dois tipos de competência: (a) uma competência para *interpretar certas escolhas*, por exemplo, saber que se temos gatos, temos animais, denominada pelo autor como *competência inferencial*; (b) uma competência para *acessar os fatos do mundo*, denominada *competência referencial*. Para Marconi (p.2 e 72-76), estas duas competências “parecem estar separadas” e são até certo ponto independentes.<sup>7</sup>

Retomando de modo sistemático suas observações a este respeito, Marconi (1997:57) lembra que “um falante competente conhece muito mais do que é expresso nos postulados de significação e indaga: “O quê mais?” O autor retoma a idéia de Putnam da “divisão do trabalho lingüístico” que sugere competências léxicas diversificadas na comunidade, de modo que um químico sabe mais do nós sobre “*asbesto*”<sup>8</sup> e um físico sobre o “*elétron*”. Mas este conhecimento pode ser “livresco”, segundo observa Marconi (1997:58), de modo que um zoólogo pode conhecer tudo sobre a libélula “*Aulularia Clemensi*” e nunca ter visto uma; no dia em que esse zoólogo for à Amazônia e uma “*Aulularia Clemensi*” passar voando sobre sua cabeça, é possível que ele não a reconheça e um aborígine sim. Conhecimento leigo e perito não se distinguem de forma linear pela simples competência referencial.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> D. Marconi (1997:3 e 63-74) aduz argumentos de ordem neuropsicológica, observando que “foram reportados muitos casos de competência inferencial intacta emparelhada com competência referencial deficitária” (p.3). Contudo, pode ocorrer também o contrário, segundo observações clínicas com pessoas que conseguem designar o nome de objetos, pessoas, mas não conseguem caracterizá-los (p.72-76). A conclusão, porém, é que tanto um como outro caso sugere que “os dois lados da competência, lexical e inferencial, repousam em sua maior parte e diferentes tipos de informação” (p.76).

<sup>8</sup> Segundo o Dicionário Aurélio Século XXI: “**Asbesto**: Variedade de anfibólio, composta de silicato de cálcio e de magnésio, que se apresenta em massas fibrosas incombustíveis e infusíveis, de aplicação comercial, sendo o amianto sua variedade mais pura.”

<sup>9</sup> Não obstante a aparente obviedade dessas observações, pode-se dizer que a questão é mais complexa, como mostra o próprio Marconi (1997:65-66) ao frisar que se poderia distinguir entre competência semântica e competência referencial, tendo por base conhecimentos muito diferentes em cada caso. Isso a tal ponto que a referência seria uma atividade não lingüística, desde que poderia ser executada por diversos meios, ao passo que a competência semântica seria sempre um aspecto lingüístico.

Para Marconi (1997:59), um indivíduo, o leigo, por exemplo, pode ter uma excelente *competência referencial* e pouco *conhecimento* acerca do fenômeno referido (ele identifica a lubélula, mas não conhece sua fisiologia); um perito pode ter excelente conhecimento e baixa competência referencial. Esse lado não-referencial da competência é caracterizado como *conhecimento* e conduz os processos ligados à *competência inferencial*, que se liga a uma rede de relações cognitivas e é crucial para a competência léxica.<sup>10</sup> Marconi (1997:66) ressalta que “nosso julgamento da importância relativa da competência referencial para a competência lexical como tal é altamente sensível a normas sociais e à distribuição das competências e habilidades no seio da comunidade lingüística.”

Uma coisa é ter um vasto conhecimento sobre os golfinhos, mas outra coisa é conhecer o item lexical “*golfinho*” e saber aplicá-lo referencialmente. Neste caso, indaga-se Marconi (1997:66), “não seriam competência referencial e competência inferencial dois lados de uma mesma moeda?” Talvez uma questão de “*formato*” quanto a dois aspectos da competência lexical? Investigações neuropsicológicas (p. 67) sugerem que a distinção é real, ou seja, se dá na mente humana, pois “parece que a competência inferencial (...) pode estar preservada mesmo quando a competência referencial acha-se severamente prejudicada” (p.68). Isto se verifica pela incapacidade de certas pessoas identificarem objetos a partir do seu nome, mas serem capazes de os identificar a partir de descrições. Até há pouco tempo, pensava-se que o contrário não ocorreria, ou seja, diante de um severo comprometimento da competência inferencial, não ocorreria a competência referencial (Marconi, p. 68). Pacientes com a doença de Alzheimer, que em situações experimentais conseguiram referir ou desenhar corretamente objetos a partir de seus nomes, quando indagados, não conseguiam descrevê-los.

As posições que acabamos de analisar parecem ameaçar diretamente o próprio título dessa exposição. *Quando a referência é uma inferência*. Pois nosso ponto de partida é que ambas estão intimamente ligadas e não se pode distingui-las de forma estanque. Mais do que isso. Estão relacionadas a uma forma de se portar lingüisticamente. O fato de Marconi se posicionar do modo como o faz é porque está considerando a referência no contexto dos filósofos da linguagem, ao passo que eu me situo em outro contexto, o da visão sócio-interativa. Isto não nos opõe, mas mostra conseqüências diversificadas a partir de noções de língua diversas. O certo é que em ambos os casos temos a questão da referência e da inferência imbricadamente contempladas.

Neste ponto já se tem uma idéia bastante clara de que a referenciação é um processo e não se trata de uma identificação automática ou de uma sintonização prévia entre linguagem e mundo (mesmo na concepção de Marconi, para quem a inferência procede de descrições e não de designações) de modo a se ter apenas que desencadear aquela significação e tudo estará resolvido. Mas até este momento, só temos meio caminho andado e resta ainda determinar a noção de *inferência*.

<sup>10</sup> Posição diversa é a de Johnson-Laird (1983), que, segundo Marconi (1997:60), postularia que a competência referencial determinaria a competência inferencial, de modo que ambas estariam intimamente vinculadas. Isto se deve ao fato de Johnson-Laird postular que os itens lexicais estão mapeados como “modelos mentais” a partir dos quais se inferem os conteúdos. Com isto, uma competência referencial “perfeita” garantiria uma competência inferencial completa.

## 6. Por uma noção de inferência

Tal como no caso da noção de referência, ocorre também com a noção de inferência. Há uma vasta bibliografia sobre a questão, em especial sobre as inferências lógicas na relação com as pragmáticas. Gostaria de tratar alguns aspectos do tema encaixando-os no caso das noções acima desenvolvidas.

Antes de mais nada, é oportuno ressaltar que *inferir* é realizar um raciocínio em que com base em alguns conhecimentos (pessoais, textuais, contextuais, enciclopédicos etc.) relacionados se chega a outros conhecimentos (não necessariamente novos). Referir é realizar um processo de relações. Este processo se dá mediante estratégias de inferência muito diversificadas. O grande problema é saber que estratégias subjazem aos processos inferenciais no caso dos processos referenciais. Marconi (1997) separa esses processos e os torna independentes. Não é este o nosso caminho, desde que não partilhemos da noção de língua que Marconi certamente tem para postular sua posição teórica.

Levinson (1979) lembra que hoje dispomos de quatro teorias para a análise dos processos baseados em esquemas inferenciais. As quatro teorias seriam as seguintes:

1. A **teoria das implicaturas** de Grice (1975), com o *Princípio de Cooperação* e suas quatro **máximas conversacionais**. Neste caso, as inferências baseiam-se em interpretações específicas e contextualizadas que se fundam na violação das máximas. Esta perspectiva não é muito adequada para se abordar a interação verbal por ser demasiado rígida como se verá adiante.

2. A **teoria dos atos de fala indiretos** tal como desenvolvida por Searle (1975) e por outros que em certa medida também contemplam as posições de Grice (1975). Aqui os atos de fala indiretos são interpretados com base em esquemas assentados também em funcionamentos lexicais situados. De certo modo, os processos inferenciais desenvolvidos na teoria dos atos de fala para a compreensão não se aplicam de maneira adequada à compreensão na interação verbal porque não contemplam a atividade situada nem os contextos interativos naturais ou seqüências dialógicas.

3. A **teoria da Inteligência Artificial**, ou seja, o cognitivismo fundado nos conhecimentos de mundo e nos *frames*, esquemas ou cenários, que são invocados para explicar as inferências na compreensão. A contextualização é de natureza eminentemente cognitiva e utiliza conhecimentos partilhados. Embora útil para a análise de processos de compreensão, esta posição, ao se utilizar de modelos cognitivos idealizados, tem certa dificuldade de fazer frente às questões diretamente envolvidas na relações interpessoais, pois um dos problemas desse tipo de cognitivismo é superar o solipsismo ou individualismo que ele próprio gerou no isolamento das funções mentais individuais.

4. A teoria da **Sociolinguística Interacional** de Gumperz (1982) fundada nos pressupostos da Análise Conversacional Etnometodológica, baseando-se ou nas estruturas dos eventos ou em contextualizações específicas para esclarecer os

processos inferenciais e as interpretações que os falantes fazem de suas contribuições de forma negociada e interativa. A posição de Gumperz, embora intuitiva na sua formulação é a que tem a maior chance de oferecer um bom modelo para a análise dos processos interativos e as atividades situadas desenvolvidas nos processos de compreensão.

A estas quatro posições poderíamos acrescentar uma quinta que de certo modo está subjacente a todas elas, mas de maneira diversificada e não em todos os seus aspectos.

5. A **teoria da inferência lógica** (dedutiva, indutiva e abdutiva) que se funda em processos lógicos e relações diretas (imediatas ou não) entre enunciados, não oferecendo maiores atrativos para uma análise das atividades interativas, já que postula uma semântica de base vericondicional. Mas ela não deixa de estar presente em muitas interações, em especial naquelas que demandam este tipo de raciocínio com mais intensidade, como no caso das discussões no campo jurídico.

Não parece necessário deter-se nesta questão, pois a inferência, tal como a concebemos neste caso, é de natureza sócio-interativa e corresponde a movimentos discursivos em que certos elementos são tomados para que se chegue a outros. A questão central é que estes elementos tomados no discurso são fatos gerados ao longo do próprio discurso. Veja-se o **Exemplo 10**: um artigo de um pintor pernambucano – José Cláudio – que escreve no *Diário de Pernambuco* causos que se passaram em sua vida em cidades do interior. O interessante neste caso é como vamos construindo o referente do “*Outro Major*” ao longo dos primeiros dois parágrafos e o que é que nos leva a mudá-lo no terceiro parágrafo.

#### **Exemplo 10**

<p><i>José Cláudio</i></p> <p><b>A HISTÓRIA DO OUTRO MAJOR</b></p> <p>Apareceu na praia do rio Doce quando Rio Doce tinha praia. Vindo do mato, não; talvez sim, originário de alguma mata, mas desconhecemos essa parte de sua biografia. Chegou numa gaiola de sabiá, de barba-de-bode, ainda bem molinho sem saber andar, ou pular, trazido pelo vizinho, o já referido José Pedrosa, meu ex-colega do Colégio</p>	<p>Daquela qualidade mais amarelinha, um dourado mais escuro, cor de cuiá, diferente do amarelo cinza esbranquiçado do primeiro Major, não sei se por iniciativa dos meninos, passamos a chamá-lo de Major. Atendia igualmente pelo nome de Chiquinho mas prevaleceu Major.</p> <p>_____</p> <p><b>Fonte:</b> <i>Diário de</i></p>	<p>Podemos considerar a data da vestidura da pretexto, ou seja, considerá-lo mancebo, quando amanheceu palitando os dentes com as talas da gaiola, ficando somente o tampo de baixo onde ficou morando por vontade própria sem ser amarrado pela cintura como os outros macacos. Ele até era bem comportado para ser macaco. Uma das poucas inconveniências era pular na batata da perna das mulheres e enrolar-lhe o rabo na canela. Também gostava de pular no ombro de Maria minha filha e lhe ficar mordendo o lóbulo da</p>
---	--	--

Marista, vide “A história do Major”, da semana passada.	<i>Pernambuco</i> , 09 de maio de 2000; Caderno <i>VIVER</i> .	orelha. Maria ria ria. /.../
---	--	------------------------------

Note-se que nos primeiros dois parágrafos tínhamos a sensação de estarmos diante de um **pássaro**, ou então de um outro animal qualquer, mas não diante de um macaco, como se descobre no terceiro parágrafo. O autor usa, inicialmente, um “despistamento referencial” como estratégia para desencaminhar o leitor que vai refazendo suas hipóteses. A estratégia é comum na obra literária para gerar suspense, o que de algum modo faz parte das condições estilísticas desse gênero textual. Seguramente, o leitor experiente gera expectativas diversas e espera alguma guinada na narrativa. Sua estratégia de leitura neste caso não é a mesma que em gêneros textuais tais como um artigo científico, uma bula de remédio ou uma receita de bolo. Nestes últimos gêneros, os processos referenciais devem ser mais explícitos desde o início.

É importante frisar que as inferências mais comuns no dia a dia (em atividades de leitura ou interação face a face) não são as inferências lógicas (dedutivas ou indutivas), como mostrou Marcuschi (1989) em trabalho sobre esta questão. Veja-se o **exemplo10**, em que temos, no início, pistas textuais de natureza semântica (“*vindo do mato*”, “*numa gaiola de sabiá*”) o que nos permitiria, pelos conhecimentos práticos, inferir que se tratava de um pássaro, mas no final do primeiro período do 3º parágrafo, em que ficamos sabendo que o animal “*amanheceu palitando os dentes*”, inferimos que já não se trata mais de um pássaro, tendo em vista nossos conhecimentos práticos, mas ainda não sabemos se seria um *rato*, um *hâmsster* ou algo diverso, mas com dentes. Dificilmente nos ocorreria imaginar um **macaco**. É interessante que a nenhuma das 15 pessoas a quem pedi para me dizerem de que animal se tratava, sugeriu tratar-se de um peixe, pois ninguém põe um peixe numa “gaiola”, mas também ninguém disse, de saída, que era um macaco.

Levando em conta o que expõe Levinson (2000), a propósito das inferências, tudo indica que a maioria das inferências de que aqui se trata são as enquadráveis entre as **não-monotônicas** (Levinson, 2000:43), isto é, as que se fundam em raciocínios práticos com sentidos e referentes obtidos por implicaturas particularizadas ou generalizadas em contextos opacos. As **monotônicas** seriam as inferências lógicas em sentido estrito.

Parece igualmente possível apoiar-se em Brandom (1994), quando trata das condições de explicitação referencial por processos inferenciais, definindo de modo particular a questão da distinção entre a perspectiva “*representacionalista*” (Descartes, Locke, Chomsky) e “*inferencialista*” (Leibniz, Spinoza, Kant, Frege, Wittgenstein), para mostrar que “*inferir é uma forma de agir*” (p. 91). Mas o que mais importa neste contexto é a posição sistemática de Brandom (1994:89) ao afirmar que “os conceitos estão articulados de modo essencialmente inferencial”. Isto quer dizer que para captar uma referência deve-se conhecer uma rede conceitual que deve ser dominada pelos indivíduos que entram em questão. Uma classificação conceitual tem em geral um papel inferencial de conseqüências holísticas, o que leva o autor a dizer que “a idéia de um jogo de linguagem (ou conjunto de práticas de aplicação de conceitos) autônomo consistindo inteiramente de relações não-inferenciais (ou de acontecimentos puramente mentais) é um equívoco radical” (p. 91). Assim, pode-se aproximar semântica e pragmática, ou pelo menos operar em conjugação, já que a inferência, vista como uma

prática de correlações, e a referência, vista como uma rede de conceitos instituída socialmente, constituem uma *interface*. Não devemos esquecer que tudo o que é inferido deve de algum modo estar implicado no que é dito numa dada situação, o que sugere que a semântica tem um papel importante na pragmática.

Exemplo disso é a posição de Austin [1962] quando, no último capítulo de “*Sentido e Percepção*”, analisa a visão de Warnock sobre Berkeley a respeito da percepção. Para Austin (p.172ss.), quando dizemos que ouvimos um carro ou que vemos cadeiras etc., estamos expressando “*juízos de percepção correntes*”, em geral “imprecisos”, pois eu *ouço* um som ou *vejo* um objeto. Mas nossos juízos vão além destas sensações e produzem asserções por *inferências*. Às vezes posso supor que vejo algo na realidade, mas na verdade estou julgando minha suposição. Por exemplo, digamos que vi alguém dando um tiro no meio da multidão durante uma manifestação pública. Posteriormente, fico sabendo que naquela manifestação alguém morreu baleado e então digo: “*Hoje eu vi um homem matando um outro*”. Essa asserção **não** é fruto de minha percepção imediata, mas de seu enquadre num contexto relevante para que pudesse ser confiavelmente dita. É assim que, de dentro de meu apartamento, no décimo primeiro andar, sentado, ouvindo sons vindo do exterior, posso dizer: “um galo acabou de cantar”; ou então: “o cachorro da escola latiu outra vez”, mesmo sem ter visto o galo e o cachorro.

Antes de partir para algumas sugestões de trabalho na perspectiva aqui proposta, gostaria de mostrar alguns detalhes da diferença mais interessante que se pode identificar no uso da noção de *inferência* por parte de dois autores relevantes para os estudos da compreensão na interação verbal. São eles: John Gumperz (1982) e H.P. Grice (1975).

- Por um lado, temos o modelo de Grice (1975) como sugestão na *perspectiva lógico-pragmática*.

- Por outro lado, temos a teoria mais geral da microanálise etnográfica tal como praticada por Gumperz (1982) a fim de observar o papel das relações interpessoais e dos contextos sociais imediatos no processo de produção de sentido, na *perspectiva sociointeracionista*.

Grice preocupa-se em determinar como chegamos a certas interpretações de enunciados que aparentemente não têm maior relevância ou relação com o tópico em andamento. É a teoria das *implicaturas*. Para este teórico, a inferência é menos o produto de conclusões baseadas no domínio de conhecimentos sociais, e muito mais a *interpretação racional da transgressão de normas* (codificadas nas máximas de *relação, qualidade, quantidade, modo*), achando-se a produção de sentido no cruzamento da obediência/transgressão da racionalidade prevista no contexto da suposta “literalidade” informativa.

Em Grice, as relações sociais e os aspectos interativos não têm papel crucial, pois o cerne de sua preocupação é com uma racionalidade lógico-pragmática. Se fôssemos classificar a posição de Grice dentro do modelo teórico da *ação comunicativa* segundo Habermas, diríamos que *Grice representa os teóricos da ação teleológica, finalista e que busca resultados, imperando aqui a racionalidade dos atos*.<sup>11</sup> Para Grice,

<sup>11</sup> Em sua teoria da ação comunicativa, Habermas distingue três tipos de ações:

a) **ação instrumental** (não socialmente orientada e voltada para o sucesso)

a noção de *norma* é um *a priori* fundamental na condução do processos interpretativos e as implicaturas surgem como interpretação da violação intencional (pragmaticamente racionalizada) da relação relevante entre enunciados. O sentido é fruto de uma operação paralógica (implicaturas e não implicações lógicas) em que intervêm muitos elementos hipotéticos para inferir intenções possíveis.<sup>12</sup>

Para Gumperz, essa noção de inferência lógica é secundária, assumindo aqui papel central a noção de *sentido negociado interativamente e situado* (pois para Gumperz sempre foi importante a idéia de *atividade conjunta*). Quanto a Grice e Gumperz, trata-se, portanto, de duas formas de conceber a produção de sentido que privilegiam pólos diversos. *Uma, a griceana, tende a uma pragmática formalista e a outra, a gumperziana, tende a uma sócio-pragmática com características essencialmente sócio-interativas.*

O interesse central no confronto dessas duas posições acha-se precisamente no fato de distinguir entre:

(a) *compreensão como captação daquilo que se pretende transmitir intencionalmente* com certos meios lingüísticos mediante procedimentos discursivos desviantes da norma (perspectiva griceana) e

(b) *compreensão como aquilo a que se chega em termos interpretativos* como resultado de um esforço coordenado e fundado nas relações interpessoais lastreadas em convenções socialmente estabelecidas.

Certamente, para nossos propósitos, a posição gumperziana é muito mais adequada do que a griceana, pelo fato de esta estar mais em consonância com a postulação mais geral aqui feita na perspectiva sócio-interativa.

## 7. Alguns processos referenciais nitidamente inferenciais

Sem entrar na discussão de se se trata de inferências automáticas ou não, nem nos preocupando, no momento, com o tipo de inferência, podemos dizer que nos seguintes casos temos a ver com inferências de elementos que nem sempre são identificáveis a partir de informações textuais ou de indicadores lexicais pontualizados. Na maioria dos casos, temos a ver com uma atividade discursiva em andamento que determina a referência mais provável. Não se pode sempre falar em “referente pretendido”, pois não creio que a intenção tenha um papel primordial nos processos interativos.

Portanto, sempre temos a ver com processos inferenciais na questão da referenciação quando nos deparamos com algum tipo de “preenchimento” de lacunas ou de determinação referencial nos seguintes casos:

- a. *elipses (não importa o fenômeno elidido)*
- b. *seqüências anafóricas (incluídas aqui as pronominais e nominais)*

---

b) **ação estratégica** (socialmente orientada e voltada para o sucesso)

c) **ação comunicativa** (socialmente orientada e voltada para a compreensão)

Para Habermas, (a) e (b) são teleológicas, finalísticas (*zweckrational*); (b) e (c) seriam interativas. Na verdade, Habermas dirá que (a e b) são racionais e (c) é compreensiva.

<sup>12</sup> Abrandamento dessas posições e nuances significativas neste caso podem ser vistas em Levinson (2000).

- c. *dêixis (dêiticos dos mais variados tipos, em especial de tempo e espaço)*
- d. *hiponímia/hiperonímia (em especial nos casos de seqüenciação tópica)*
- e. *relações sinonímicas (especialmente as pragmaticamente fundadas)*
- f. *relações antonímicas (como forma de retomada e continuidade textual)*
- g. *nominalizações rotuladoras (em especial as que assumem força ilocutória)*
- h. *associações (as denominadas anáforas associativas)*
- i. *analogias (relações de caráter mais tipicamente cultural e não lógico)*
- j. *metaforizações (como um processo de criação de universos referenciais)*
- k. *cadeias causais (sobretudo quando os elos não estão enunciados)*
- l. *cadeias conectivas (muitas vezes etimemicamente realizadas)*
- m. *usos metafóricos e metonímicos, entre outros*

Esta série pode ser continuada, pois ela não se acha fechada e este elenco não é uma relação completa. Trata-se apenas de uma amostragem. Uma vez que se abram uma a uma essas estratégias de referenciação por processos inferenciais subjacentes, veremos que em nossos discursos, mais da metade do que entendemos ou pensamos estar sendo referido, é obtido por uma atividade sobre o texto (falado ou escrito) e não nos chega como informação direta e objetiva. É este o aspecto central ao qual me reportava o tempo todo ao lembrar o caráter social, interativo e situativo da linguagem.

Não resta dúvida de que cada um dos procedimentos listados se dá em níveis diversos e em relações muito complexas. Um caso pode nada ter em comum com outro. Por exemplo, uma elipse não é comparável com uma metáfora em termos inferenciais; nem uma analogia com uma anáfora pronominal correferencial. Mas isto não é problema, desde que tenhamos clareza conceitual sobre como opera cada uma dessas estratégias de textualização. Mais complexo é saber como chegamos a compreender um texto, diante da quantidade e da diversidade de estratégias inferenciais desenvolvidas o tempo todo. Por fim, vale salientar que, diante desse acúmulo de estratégias inferenciais desenvolvidas na leitura/audição de textos, produzimos um verdadeiro *trabalho de coautoria na produção de sentidos*.

## 8. Observações finais

Usando a forma kantiana de indagar, poderia dizer que a questão central neste estudo era: *quais as condições de possibilidade da comunicação inter-subjetivamente bem-sucedida pela via da linguagem verbal?* Para respondê-la, foi necessário adotar a posição de que a linguagem não é um sistema de representação das idéias mentais nem um sistema de relações biunívocas entre pensamento e mundo. *A linguagem é muito mais um modo de tratar a realidade do que um modo de retratá-la*. Lidamos com competências referenciais e inferenciais num complexo jogo de interações situadas em contextos muito diferenciados e não com uma simples identificação de fenômenos objetivamente dados à nossa volta.

Com isto, pode-se dizer que, não obstante sua aparente “obscuridade”, como postulado por Chomsky (2000), noções tais como “*comunidade*”, “*práticas sociais*”, “*interação*”, “*linguagem pública*”, “*negociação*” e outras são de grande utilidade, se o interesse não recai apenas na denominada *Língua-I*, na tentativa de transformar a

lingüística numa ciência natural e a língua num objeto da Biologia como se ela não passasse de um órgão geneticamente instalado.

Acredito, com H. Putnam (1988), que *a língua é um contrato social* e que o uso da língua se dá, sob o ponto de vista de suas propriedades referenciais, entre outros aspectos, de acordo com uma certa “*divisão do trabalho lingüístico*”, que leva os indivíduos a se comunicarem em comunidades e com segurança, mesmo não tendo, em princípio, a mesma noção das coisas ou os mesmos conhecimentos de mundo, o que não os impede de se comunicarem.

Portanto, com as noções até aqui sugeridas, parece razoável concluir que:

a) a **língua** é, entre outros aspectos constitutivos, um *contrato social* e não pode ser reduzida a um fenômeno naturalístico como se devesse espelhar o mundo ou produzir réplicas de representações mentais; tudo indica que para as atividades do dia-a-dia a língua é muito mais do que um simples fenômeno mental;

b) a **referência** não se determina *a priori* nem se dá como um elemento representacional na mente relacionado com um mundo extra-mente; por isso, será mais útil tratar *processos de referenciação* do que fenômenos referenciais ou referentes simplesmente; as referências (e as significações) são socialmente sensíveis, o que as torna *reportáveis* aos nossos semelhantes;

c) a **inferência**, enquanto processo geral de rastreamento na produção de referências (e significações) na atividade discursiva, permite o surgimento de uma série de estratégias que conduzem à construção do sentido e da coerência; nossas inferências não são crenças nem pontos de vista aleatórios.

Concordo com Duranti (1997:32), para quem a língua não é um simples sistema de classificação, mas muito mais uma prática, uma forma de ver e produzir o mundo, de modo que, não raro, duas pessoas, embora usem os mesmos itens lexicais, podem não estar partilhando das mesmas propriedades referidas nem das mesmas crenças, o que permite interpretações diversas dos mesmos enunciados. Em suma, o conhecimento não está homogeneamente distribuído e nomes gerais não são categorias unívocas, na medida em que são generalizações.

Esses aspectos convidam a pensar sobre uma série de questões abertas. Concretamente, creio que estas reflexões, mesmo que pouco rigorosas na formulação inicial, são instigantes o suficiente para sugerirem estudos que inevitavelmente devem ocorrer a fim de mudar o enfoque até hoje dado à questão da nossa forma de conviver lingüisticamente neste mundo. Pois não sendo anjos nem telepatas, ainda nos comunicamos por um sistema simbólico com enorme potencial intersubjetivo. Isso é motivo suficiente para nos dedicarmos também a este aspecto que se dá no **uso** da língua, não importando o desconforto teórico que isto nos apresenta no momento. Este é um desafio para um novo Século.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHÉLOZ, D. e D. DUBOIS (1995) Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN (eds). 1995: 227-271.
- AUSTIN, John L. *Sentido e Percepção*. São Paulo, Martins Fontes. [original: *Sense and Sensibilia*, 1962] Oxford University Press, 1993.

- BEAUGRANDE, Robert de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge of Society*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997.
- BERRENDONNER, Alain e Marie-José REICHLER-BÉGUELIN. 1995. Accords "associatifs". *Cahiers de Praxématique*, 24 (1995): 21-42.
- BRANDON, Robert B. *Making it explicit. Reasoning, Representing, & Discursive Commitment*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1994.
- BROWN, Penelope & YULE, George. *Discourse Analysis*. London: Oxford Press, 1983.
- CHAROLLES, Michel e Catherine SCHNEDECKER. Coréférence et identité. Le problème des référents évolutifs. *Langages*, 112 (1993): 107-126.
- CHOMSKY, Noam. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Editora Caminho, [1986] 1994.
- DAVIDSON, Donald. [1974a] La creencia y el fundamento del significado. 1995. In: D. DAVIDSON. 1995, pp. 151-163.
- \_\_\_\_\_. [1974b]. 1995. De la idea misma de un esquema conceptual. In. D. DAVIDSON. 1995. Pp. 189-203.
- \_\_\_\_\_. *De la verdad y de la Interpretation. Fundamentales contribuciones a la filosofía del lenguaje*. Barcelona: Gedisa Editorial. (Trad. de: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford University Press, [1984] 1995).
- DUMMETT, Michael. El carater social del significado. [1974]. 1990. In: M. DUMMETT. *La Verdad y Otros Enigmas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, pp. 515-526. [Tradução do original: *Truth and other enigmas*. London: Gerald Duckworth, 1978].
- DURANTI, Alessandro. *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ECO, Umberto. *Kant e o Ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GRICE, H.P.. Logic and conversation. In: P. COLE & J.L. MORGAN (eds.). *Speech Acts. Syntax and Semantics*, Vol. 3. New York: Academic Press, 1975, pp. 41-58.
- JOHNSON-LAIRD, Paul. *Mental Models*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KLEIBER, Georges. *Anaphores et pronoms*. Louvai-la-Neuve: Duculot, 1994.
- \_\_\_\_\_. Référents évolutifs, anaphore pronominal, coercion de type et Volkswagen. In: D. Leeman & A. Boone (Orgs.). *Du Percevoir au Dire*. Paris: L'Harmattan, 1998, pp. 205-219.
- KLEIBER, G.; SCHNEDECKER, C.; UJMA, L. "L'anaphore associative, d'une conception l'autre". In: Schnedecker, C. et alii (eds) (1991): 5-64.
- KOCH, Ingedore & Luiz Antônio Marcuschi. Processos de Referenciação na Produção Discursiva. *DELTA*, 14 (Nº Especial), pp. 169-190, 1998.
- LEVINSON, Stephen. Activity Types and Language. *Linguistics*, 1: 356-399, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Presumptive Meanings. The Theory of Generalized Conversational Implicature*. Cambridge: Massachusetts; Bradford/The MIT Press, 2000.
- MARCONI, Diego. *Lexical Competence*. Cambridge: Bradford/The MIT Press, 1997.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Coerência e cognição contingenciada”. In: Kazue S.M. de Barros (org.). *Produção Textual: Interação, processamento, variação*. Natal: Editora da UFRN, 2000, pp. 111-130.
- \_\_\_\_\_. O Processo de referenciação na produção discursiva. In: D. da Hora & E. Christiano (Orgs.). *Estudos Lingüísticos: Realidade Brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999, pp. 219-230.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: *Anais do Colóquio Internacional de língua Portuguesa*. Berlim: 17 pp. (No prelo).
- MATURANA, Humberto. *Da Biologia à Psicologia*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.
- \_\_\_\_\_. & Francisco VARELA. *A Árvore do Conhecimento. As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Editorial Psy II, 1995. [Tradução do original: *Der Baum der Erkenntnis. Die biologischen Wurzeln des menschlichen Erkennens*. Bern/München: Scherz Verlag, 1978].
- MOESCHLER, Jacques & REBOUL. Anne. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Editions du Seuil, 1994.
- MONDADA, Lorenza.. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir. Approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne: Université de Lausanne, Faculté de Lettres, 1994 [Thèse pour obtenir le grade de docteus en lettres (671 pp.)].
- \_\_\_\_\_. Processus de catégorisation et construction discursive des catégories. In: Danièle DUBOIS (org.). *Catégorisation et Cognition: De la perceptio au Discourse*. Paris: Kimé, 1997, pp. 291-313.
- \_\_\_\_\_. & D.DUBOIS. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN (eds). 1995: 273-302.
- NUNBERG, Geoffrey D. *The Pragmatics of Reference*. New York: City University of New York, University Microfilms International, 1978 [PhD Dissertation, 1977].
- PUTNAM, Hilary. *Razão, Verdade e História*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. [Tradução de: *Reason, Truth and History*. Cambridge: University Press, 1981].
- \_\_\_\_\_. *Représentation et Réalité*. Paris: Gallimard, 1990 [Tradução do original: *Representation and Reality*. Massachusetts: MIT Press, 1988].
- RECANAÏ, François. *Direct reference. From Language to Thought*. Oxford: Blackwell, 1993..
- ROSCH. Eleanor. Principles of Categorization, In: ROSCH E. & B.B. LLYOD (eds.). *Cognition and Categorization*. New York: Wiley, 1978.
- TARSKI, Alfred. Der Wahrheitsbegriff in den formalisierten Sprachen. *Studia Philosophica*, 1: 261-405, 1935.
- YULE, George. Interpreting anaphora without identifying reference. *Journal of Semantics*, 1: 315-323, 1982.